

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 5 | Nº 13 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4474438>



REVISITANDO A GEOPOLÍTICA E GEOHISTÓRIA MILITAR: DA AMAZÔNIA A RORAIMA

Richard Anderson Silva Lopes¹

Resumo

O presente texto é uma resenha do livro “Geopolítica e Geohistória Militar: Da Amazônia a Roraima”, o qual traz pioneiras contribuições ao pensamento geográfico por meio de uma rica leitura empírica de natureza política e histórica, preenchendo assim uma lacuna na produção científica.

Palavras chave: Amazônia. Forças Armadas. Geohistória. Geopolítica. Roraima.

Abstract

This text is a review of the book “Military Geopolitics and Geohistory: From the Amazon to Roraima”, which brings pioneering contributions to the geographic thinking through a rich empirical reading of a political and historical nature, thus filling a gap in the scientific production.

Keywords: Amazon. Armed Forces. Geohistory. Geopolitics. Roraima.

O livro Geopolítica e Geohistória militar: da Amazônia a Roraima de Marcos de Lima Gomes e Elói Martins Senhoras, publicado pela Editora da UFRR em 2020, traz relevante contribuição no entendimento da Amazônia, em especial no contexto de políticas públicas e estratégias de consolidação de expansão territorial, os múltiplos aspectos interligado, abordando, o geográfico, o político, o econômico, o social e ambiental, diante de um contexto inicial da era da globalização e como as questões militares exerceram, no contexto nacional, um poder integração.

A Amazônia setentrional sempre foi objeto de cobiça por sua expressiva exuberância e diversidade, em um primeiro momento paisagístico e biodiversidade. Essa riqueza desperta interesse que advêm desde o período colonial, quando se iniciou o processo de expansão em busca de terras e especiarias que pudessem fornecer matéria prima para então colônia portuguesa. Ao passar desse período, em momentos do século XV, o contexto muda para um cenário de múltiplos conflitos socioculturais frutos de certos acontecimentos que envolvem a geopolítica e estratégias militares para o processo de ocupação de áreas na Amazônia setentrional.

Gomes e Senhoras (2020) enfatizam que esse processo de ocupação com a implantação de áreas militares onde contenção e defesa por meio da construção de fortificações consolidariam da geopolítica lusitana na região. Destaca-se no decorrer do processo a geopolítica decorre não apenas da presença portuguesa, contudo, de diversos países europeus cuja a política de ocupação era centrado em presença e

¹ Geógrafo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONAT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email para contato: raslopes@gmail.com



ocupação, o que garantiria ao longo de séculos diversas expedições de exploração na região. O resultado dessas ações são os múltiplos conflitos socioculturais.

Esse primeiro momento caracteriza-se o que os autores classificam como “fenômeno da Europeização”, onde a imposição para que as características europeias sejam únicas e certas aos povos nativos. A análise desses cenários tem como referência a Geohistória, que, embasam de forma geral esse processo exploratório da Amazônia, até culminar na presença e ocupação militar no estado de Roraima.

O capítulo 1 que trata da Geopolítica e Geohistória Militar da Amazônia, os autores iniciam discorrendo sobre os múltiplos conflitos socioculturais nas distintas transformações do sistema político, uma expansão territorial da cultura ocidental oriunda das monarquias ibéricas e das elites burguesas da Europa. Mas os olhares para Amazônia decorrem em um momento que a busca por ampliação, por parte da burguesia europeia, de seus lucros por meio de novas rotas comerciais, daí o processo de expansão marítimo-comercial, cuja a revelação, segundo os autores, é a descoberta da Amazônia por Cristovam Colombo. Assim inicia-se fenômeno da europeização no mundo amazônico, após a descoberta da rota fluvial que interligada ao Rio Amazonas e o Atlântico.

Essa “descoberta” na América produziu disputas geopolíticas entre os países ibéricos, por conta exploração colonial de novas áreas. O Tratado de Tordesilhas, passar a ser o primeiro ato geopolítico relevante da diplomacia moderna, o marco histórico, jurídico e sociopolítico, para interpretar a partilha político-econômica. Segundo os autores esse período da União Ibérica (1580-1640) “são relatos que enaltecem ou valorizam os comportamentos de homens corajosos do Brasil colonial, que desbravaram caminhos no interior amazônico”, novas formas de exploração do povo indígena, a busca por pedras preciosas e ouro e a ampliação do território português na Amazônia. Assim, esses eventos geopolíticos de europeus na Amazônia, desencadearam um processo de militarização por meio de fortes, consolidando a ocupação e defesa territorial, holandeses no interior do rio Essequibo, com o Forte *Kijkoveral*, 1616, os franceses que tomaram dos holandeses em Caiena por volta de 1604, os espanhóis, próximo ao delta do rio Orinoco.

Essa disputa por espaço territorial, cujo pano de fundo foram as riquezas presentes e futuras, por meio de expansões e exploração territorial, desencadearam eventos políticos e históricos, que segundo os autores possibilitou a ocupação de cinco nações europeias no território da “Ilha das Guianas”, uma singular região amazônica e caribenha, também identificada pela terminologia de “Ilha da Amazônia Caribenha” e nesse processo de colonização houve expansão do cristianismo, da defesa territorial e o comércio desde o litoral ao interior amazônico.

O processo de colonização dos Rio Negro e Rio Branco deu-se a partir da segunda metade do XVIII, com o apoio das políticas do Reino de Portugal. Já no final deste século, XVIII, com a



consolidação do Estado Independente do Grão-Pará e Rio Negro, iniciou-se com intensidade as ações para barrar a presença dos holandeses (na bacia do rio Branco), pelos rios Maú e Tacutu e espanhóis pelo rio Uraricoera. Em 1775 inicia-se a construção do forte São Joaquim no Rio Branco e Uraricoera. Assim inicia-se o processo de ocupação, com introdução de gado e a organização dos aldeamentos pelos missionários católicos, como estratégia de colonização e garantia do poder político e militar. A proposta de geopolítica de expansão militar passa utilizar-se dos povos nativos, os indígenas, como, segundo os autores, de fronteira vivas, defensores juntamente com os militares do então Território do Rio Branco.

Após vários conflitos armados, em diversas partes do território, o final do século XIX revelou novas mudanças no poder geopolítico e militar na Amazônia, a instalação da Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1889, transforma as Províncias Imperiais em estados e no ano seguinte, com continuidade dos projetos de segurança e geopolítica da Amazônia, cria-se o município de Boa Vista. Por fim, neste capítulo há um retrospecto da presença da Marinha do Brasil, com instalação da Agência Fluvial de Caracará (AgCaracará), primeira Organização Militar da Marinha do Brasil no estado e Força Aérea Brasileira, na porção da Amazônia Ocidental, em Roraima com ALA 7.

O capítulo 2 que trata da Geopolítica e Geohistória Militar na Amazônia Setentrional e em Roraima, onde os autores retomam a questão geohistórica, onde a consolidação do Estado brasileiro em 1822 produz um novo ciclo do Poder Militar na Amazônia Setentrional que é marcado por vários acontecimentos geohistóricos e geopolítico, sobre o escopo de um governo brasileiro, especialmente a partir da década e 1930. Em 1938, foi aceito um pedido do General Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME) que autorizou a criação de Batalhões de Fronteiras na Amazônia.

Após a segunda guerra mundial, com nova ordem mundial, segue-se a construção de unidades militares na região de fronteira, novamente com a finalidade de presença e proteção física na região. Nesse período houve a sugestão pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial a instalação de territórios nacionais, a fim de atender às necessidades de povoamento apropriado na região, bem como à defesa de fronteira em caráter de urgência. No contexto, os autores elaboram uma divisão nas fases de evolução do poder militar no estado de Roraima, dividindo-os em 4 fases:

- Fase 1 (1775-1900), Embrionária;
- Fase 2 (1901-1926), Déficit do Poder Militar;
- Fase 3 (1927-1960), Retomada do Poder Militar institucional;
- Fase 4 (1961-1968), Institucionalização e Irradiação de Organizações Militares; e
- Fase 5 (1969-1992), Reestruturação do Poder Militar.



Juntamente com processo de ampliação desse poder militar nas fronteiras do Norte, havia o processo de fomento de políticas públicas para o desenvolvimento da região amazônica, com início ainda no governo de Getúlio Vargas, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, um instrumento político social em que se observou uma efetiva movimentação estatal no sentido de assegurar a soberania, com integração às demais regiões do Brasil, por meio de um real plano regional para ocupação, não deixando de lado as questões de Defesa Nacional.

Nesse sentido, em 27 de outubro de 1956, cria-se o Comando Militar da Amazônia (CMA). Verifica-se que a partir dos governos militares (1964-1985) uma maior exploração e integração da Amazônia Legal com as demais regiões do Brasil por meio de projetos que possibilitassem o desenvolvimento. Nota-se que há um despertar do interesse nacional e internacional considerando que a escassez de produtos naturais em países desenvolvidos passa a ser mais evidente e isso desperta o imaginário desses Estados extra-amazônicos sobre uma possível intervenção travestida de proteção mundial para futuras gerações.

Um dos últimos grandes projetos com perspectiva voltada tanto para Defesa Nacional quanto para integração regional em um período militar para a Amazônia Legal, foi o Projeto Calha Norte (PCN), sendo essa uma resposta unilateral do Brasil, frente sua aparente insatisfação quanto à falta de avanços obtidos com o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), mas com o objetivo de aumentar sua área de atuação. Esse programa teve em seu escopo inicial na manutenção da soberania da Amazônia Legal e na promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável. Posteriormente, há a implementação de projetos governamentais voltados para o desenvolvimento, a proteção e a defesa militar da Amazônia, o SIVAM/SIPAM (Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia).

Por fim, verifica-se que a presença de fortificações militares na Amazônia, além de servir para sua atividade-fim de defesa e presença militar para garantir a posse do território na Amazônia, deram início ao longo o processo de povoamentos em diversos momentos históricos e em distintas áreas, contribuindo também para o aumento da presença militar por meio da ampliação do Poder Militar e esse poder militar desencadeou todo o processo de ocupação e expansão territorial e principalmente nos mostra com clareza evolução geohistórica do Poder Militar no contexto do estado de Roraima.

REFERENCIAS

GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins. **Geopolítica e geohistória militar: da Amazônia a Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, 153 p.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 5 | Nº 13 | Boa Vista | 2021

<http://revista.ufrr.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima